

Para Além das Portas e Janelas: O Caso do Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara (SP)

Beyond Doors and Windows: The Case of Museum of Archaeology and Paleontology of Araraquara (SP)

*Josiane Kunzler*¹

*Débora de Souza Simões*²

*Natália Carvalho de O. Checchi*³

*Robson Antonio Rodrigues*⁴

¹ Doutora em Museologia e Patrimônio pela UNIRIO. Pesquisadora PCI-CNPq/MCTIC/Museu de Astronomia e Ciências Afins. Pesquisadora colaboradora da Fundação Araporã, Brasil. E-mail: kunzler.josi@gmail.com.

² Licenciada e Mestre em Ciências Sociais pela UNESP/Araraquara. Pesquisadora pela Fundação Araporã, Brasil. E-mail: debora-dss@hotmail.com

³ Licenciada e Mestre em Ciências Sociais pela UNESP/Araraquara. Pesquisadora pela Fundação Araporã, Brasil. E-mail: natalia.carvalho.gea@gmail.com

⁴ Doutor em Arqueologia pelo MAE/USP. Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFU. Coordenador de projetos em Arqueologia da Fundação Araporã, Brasil. E-mail: robson_arqueo@yahoo.com.br

RESUMO

Com suas portas e janelas abertas no século XX, os museus vêm sendo forçados a se reorganizar, deslocando seu foco de atuação para a sociedade e se instalando em diferentes espaços, se configurando como instância de diálogo e de convergência de múltiplos saberes e fazeres. Este artigo tem por objetivo trazer a reflexão sobre a atuação do Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara (MAPA) enquanto um museu de ciências em transformação, sintonizado com as mudanças que vem mobilizando museus de todo o mundo. Partimos da caracterização e do histórico do MAPA para expor o movimento realizado de repensar o lugar do museu a partir de conceitos e práticas oriundos da museologia social. Apesar de revelar desafios difíceis de serem enfrentados e ainda em curso, a experiência do MAPA pode servir como referência para outros museus, especialmente no que diz respeito àqueles com vocação territorial, voltada à preservação, pesquisa e socialização do patrimônio arqueológico e paleontológico.

Palavras-chave: museu de ciências, patrimônio paleontológico, patrimônio arqueológico, sociedade

ABSTRACT

With doors and windows opened in the 20th century, museums have been forced to reorganize themselves, shifting their focus of action to society and settling in different spaces, turning into instance of dialogue and multiple knowledge and practices. This article aims to reflect on the performance of the Araraquara and Archeology Museum of Araraquara (MAPA) as a science museum in transformation, in tune with the changes that has been mobilizing museums from around the world and also the International Council of Museums (ICOM). We started from MAPA's institutional history and characterization, to finally expose the movement carried out to rethink museums with concepts and practices from social museology. Despite showing challenges that are difficult to face and still ongoing, the MAPA experience can serve as a reference for other museums, especially to those with a territorial vocation, aimed at the preservation, research and socialization of archaeological and paleontological heritage.

Key-words: science museums, paleontological heritage, archaeological heritage, society

Museus em movimento: diversidade e inclusão

As portas do domínio patrimonial foram forçadas no século XX, lembrou Mario Chagas (2007). Segundo o autor, o campo do patrimônio tornou-se um “terreno de fronteiras imprecisas” (CHAGAS, 2007, p.208), tendo os museus como “uma espécie de bastião”, “igualmente forçado a uma dilatação e reorganização dos seus próprios limites” (CHAGAS, 2007, p.218-219). Nesse processo, não só as portas tiveram de ser abertas, mas também as janelas, iluminando o ambiente museológico com “um novo olhar ético voltado para a ação em direção às sociedades” (BRULON, 2008, p.150).

Em relação aos museus de ciências, instituições voltadas “à preservação, gestão e difusão da história, produtos e influências socioculturais da ciência” (LOUREIRO, 2003, p.89), é fato que eles têm experienciado transformações profundas desde seus primórdios no século XVIII. De lugares exclusivos de experimentação, formação e entretenimento de um grupo seletivo de pessoas das mais altas classes sociais (JACOMY, 2007), eles passaram a ser instituições de reconhecido caráter público (VALENTE, 2003), dedicados a estimular o conhecimento, o método e a opinião científica, respondendo a demandas do próprio sistema democrático em que vivemos (WAGENSBERG, 2005).

Como aspecto fundamental da transformação, observa-se uma mudança de foco dos objetos aos processos e também às pessoas (McMANUS, 1992; WAGENSBERG, 2005). Exemplo disso podemos encontrar no *Danish National Museum of Science and Technology*, o qual passa atualmente pela quarta situação de renovação em quase 110 anos de existência. Lá, o propósito é desenvolver um novo museu de ciências que “crie discernimento, entusiasmo, debates sobre ciência e tecnologia e inspire criatividade e inovação” (JENSEN, 2018, p.67), com base na inclusão de todo e qualquer cidadão que frequente a instituição.

Ao considerar a necessidade de repensar o papel do museu de ciências na sociedade atual, o curador do museu Jacob Thorek Jensen problematiza:

O passado e a coleção são usados para dar perspectivas, inspiração e insights sobre os tópicos que escolhemos trabalhar. A história e o conhecimento só podem permanecer importantes se formos capazes de torná-los relevantes para as pessoas (JENSEN, 2018, p.68, tradução nossa).

O autor apresenta uma série de reflexões que vêm sendo feitas em um processo colaborativo entre a equipe técnica do museu, diversos acionistas e pessoas da cidade de Copenhague, onde o museu se localiza, sendo essas últimas a prioridade atual no processo de reconstrução do museu. Segundo ele, “para ser uma voz forte e agente na sociedade, os museus precisam mudar e não o público” (JENSEN, 2018, p.70).

Essas questões passam também pelo *Mutare Museum*, localizado a leste do Zimbábue e integrante do *National Museums and Monuments of Zimbabwe* (NMMZ). A equipe tem lançado estratégias para a redefinição do papel dos museus daquele país, após reconhecer que eles foram construídos sob uma perspectiva colonialista, respaldada pela adoção acrítica da definição de museus do Conselho Internacional de Museus (ICOM)⁵. De acordo com Chipangura e Marufu (2019), o *Mutare Museum* tem se dedicado a curadoria de histórias, assim como de objetos, relacionadas ao setor dos transportes e a outras relíquias, o que tem o transformado em um espaço para múltiplas vozes e perspectivas. Os autores ainda completam:

O desenvolvimento de exposições polissêmicas apresentando múltiplas vozes tem permitido ao museu a abranger narrativas

⁵ “O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite” (ICOM, 2017).

da comunidade que foram suprimidas anteriormente pela confiança na expertise curatorial. Além disso, trabalhar com diferentes grupos têm habilitado o museu a abordar a visão profundamente arraigada que muitas comunidades têm da instituição como um espaço elitista que contribui fortemente para a exclusão social (CHIPANGURA; MARUFU, 2019, p.166, tradução nossa).

É nesse contexto de mudança que o Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara (MAPA) se encontra. Localizado no interior de São Paulo, ele é considerado um caso específico de museu de ciências que, desde a sua criação, vem transpondo limites para moldar-se à realidade de sua sociedade e seu patrimônio, visando efetivar-se enquanto lugar de produção e socialização de conhecimento e de preservação do patrimônio. Neste artigo vamos explorar como ele tem sido conduzido para se posicionar dessa maneira, partindo de suas diretrizes museológicas e de referências do campo que pautam sua atuação, a exemplo de Moraes Wichers (2011), Varine (2013) e Chagas (2002a; 2002b; 2003; 2007).

Dividido em quatro seções, nosso texto parte dessa contextualização geral para a caracterização e o histórico do MAPA na segunda parte. Na terceira discute sua configuração enquanto museu de ciências e, na última, enquanto museu de território num formato híbrido. A nossa intenção é contribuir com as discussões sobre o lugar dos museus de ciências como instituições de produção de conhecimento plural na atualidade, a partir de uma experiência singular que constata a necessidade de extrapolar limites físicos e conceituais dos modelos tradicionais de museus de ciências, para que os museus mantenham-se, de fato, significativos para a sociedade. Como bem disse Chagas (2002b, p.53), “a vida museal não se organiza de acordo com a classificação criada”.

O Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara

O MAPA é uma unidade museológica da Prefeitura de Araraquara (SP), vinculada à Secretaria Municipal de Cultura. Desde que foi criado, em 2008, sua sede está instalada no edifício do antigo conservatório musical da cidade, reformado para a ocasião de sua inauguração (figura 1). Encontra-se em uma área privilegiada da cidade, na região central, onde se concentra o maior movimento de pessoas, assim como de referências culturais, como o Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria (MHPVP), a Igreja Matriz São Bento, o Palacete das Rosas, a Casa da Cultura, entre outros. Mais especificamente, está localizado à rua Voluntários da Pátria, no trecho coberto pelo Boulevar dos Oitis, protegido por lei local desde 1988 (ARARAQUARA, 1988).



Figura 1 - Fachada do Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara. Foto: Josiane Kunzler.

Histórico: da imaginação museal à instituição

Instituído legalmente somente em 2011, o MAPA surgiu com o objetivo de garantir “a salvaguarda dos acervos arqueológicos e paleontológicos de Araraquara e região, facultando e disponibilizando esses acervos para o público em geral e para pesquisadores afins” (ARARAQUARA, 2011). Essa já era uma demanda antiga, presente desde a década de 1970, quando o paleontólogo italiano Giuseppe Leonardi verificou a presença de pegadas de dinossauros e mamíferos, além de rastros de invertebrados, no arenito utilizado no calçamento de Araraquara. De acordo com Leonardi e Carvalho (2002), são 308 km lineares de calçadas com vestígios de uma fauna endêmica que colocaram a cidade no cenário da Paleontologia mundial e geraram uma preocupação em relação à preservação desses registros.

Concomitante a esse processo de descoberta, verificava-se também as proporções das perdas, total ou parcial, de alguns registros presentes nas calçadas. As causas incluíam, e ainda incluem, pintura, revestimento e/ou substituição das lajes de arenito por cimento (FRANCISCHINI *et al.*, 2018, p.34). Assim, a existência de um museu voltado à conservação desse patrimônio, atrelada à pesquisa e à educação, era desde cedo cogitada na “cidade das calçadas jurássicas”⁶, configurando o que Chagas (2003, p.63) chamou de “imaginação museal”, ou seja, um “conjunto de pensamentos e práticas que determinados atores sociais de ‘percepção educada’ desenvolvem sobre os museus e a museologia”.

As discussões suscitadas sobre a necessidade de criação de tal instituição foram fortalecidas durante os anos 1990 por dois movimentos. No primeiro,

⁶Na ausência dessa instituição, entre 1976 e 1983, Giuseppe Leonardi removeu 60 exemplares do passeio público e destinou-os a outros lugares de salvaguarda e pesquisa, a exemplo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Departamento Nacional de Produção Mineral (atual Agência Nacional de Mineração), o Museu Nacional do Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Paraná (LEONARDI; SARJEANT, 1986; LEONARDI; CARVALHO, 2002).

centenas de lajes icnofossilíferas começaram a ser resgatadas por iniciativa particular do cidadão araraquarense e também pesquisador e professor Marcelo Adorna Fernandes. As coletas foram realizadas entre 1998 e 2006, em visitas semanais à pedreira São Bento, a principal fonte das calçadas de Araraquara (FERNANDES, 2005). Dos mais de 300 exemplares reunidos, 155 foram selecionados para serem material da tese de doutorado do pesquisador, intitulada *Paleoicnologia em ambientes desérticos: análise da icnocenose de vertebrados da pedreira São Bento (Formação Botucatu, Jurássico Superior - Cretáceo Inferior, Bacia do Paraná), Araraquara, SP.* e defendida em 2005. As coletas revelavam a qualidade dos registros icnofossilíferos e intensificava a urgência de uma instituição local de preservação e pesquisa.

O segundo se deu em consequência da institucionalização das pesquisas arqueológicas em Araraquara. Inclui-se aí a criação de políticas públicas, o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas, o estabelecimento de espaços de formação e a socialização dos resultados. Nos anos 2000, a cidade passou a ocupar um espaço importante nessa área do conhecimento, emitindo apoios institucionais (endossos) cada vez com mais frequência e evidenciando a importância de se manter o patrimônio paleontológico e arqueológico na região (MORAES WICHERS, 2011).

Mas é somente em 2008 que as ideias vão começar a tomar corpo. O MAPA passa a se estruturar fisicamente, ainda que isso se reduzisse ao espaço expositivo, onde se encontrava todo seu acervo. Naquele ano, o Museu foi aberto ao público no prédio em que se encontra hoje. Em 2010, esse mesmo espaço foi reinaugurado com a reorganização das exposições de Paleontologia e de Arqueologia a partir da implantação de melhorias estruturais, incluindo novos mobiliários. O espaço conta com duas salas de exposição de longa duração e outra para exposições de curta duração, um mini-auditório, uma sala

de recepção/administração, um laboratório, uma reserva técnica, banheiros e cozinha.

Finalmente, em 2011, o Museu era reconhecido legalmente enquanto instituição municipal (ARARAQUARA, 2011). A lei 7.575, de 28 de novembro de 2011, criava o MAPA e tornava-se um marco na trajetória dessa instituição (PLANO MUSEOLÓGICO, 2014). Além de configurar um requisito formal a ser cumprido, foi imprescindível por atribuir competências em relação à segurança do acervo, fortalecer a confiança entre especialistas e poder público e ainda permitir o estabelecimento de parcerias para o seu funcionamento.

Até aqui, é possível afirmar que a criação do MAPA é marcada por uma retórica da perda (GONÇALVES, 1996), articulada com a necessidade de permanência frente ao transitório (NORA, 1993). Isto é, há uma ênfase na argumentação de que se deve impedir o desaparecimento de determinados bens. Por um lado, era necessário garantir que o material arqueológico de Araraquara e região oriundo de resgates da arqueologia de contrato e de doações tivesse onde ser salvaguardado. Por outro, vislumbrava-se uma possibilidade das lajes de arenito das calçadas de Araraquara serem afastadas das ameaças do cotidiano.

Entretanto, será importante perceber, a seguir, como o MAPA superou a condição de museu-depósito e se distinguiu como museu-processo. Enquanto tal está em constante renovação, através da musealização, entendida como “processo científico” que consiste no conjunto de atividades do museu - preservação, pesquisa e comunicação (DESVALLÉS; MAIRESSE, 2010, p.57-58) - as quais são interdependentes e se retroalimentam.

Marcos temáticos, acervo e curadoria

Consolidado como um museu baseado em duas áreas de conhecimento, a Arqueologia e a Paleontologia, o MAPA se tornou o primeiro museu, no

estado de São Paulo, a integrar essas duas temáticas na mesma proposta museológica. É também o primeiro museu, em âmbito nacional, cuja especificidade da Paleontologia consiste nos icnofósseis⁷. Disso resulta um duplo marco temático identificado durante a construção do plano museológico, que orienta o processo museológico em curso.

Quanto à primeira área de conhecimento, o Museu está “vocado para os estudos que envolvem a construção de histórias indígenas para o interior paulista”, podendo ser expandido com “ênfase nas minorias étnicas e/ou grupos em vulnerabilidade social”. Em relação à segunda, sua atenção se volta ao material icnofossilífero da Formação Botucatu, que aflora em pedreiras nos limites da cidade e constituem o calçamento de boa parte de Araraquara. Essas especificidades estão articuladas pelo marco territorial do museu, orientado às problemáticas regionais, de Araraquara ao interior paulista (PLANO MUSEOLÓGICO, 2014).

Essas referências, porém, podem ser extrapoladas. Até hoje, já foram reunidos 91.728 artefatos museológicos correspondentes a 82 municípios, sendo 77 do estado de São Paulo. Eles são classificados como líticos, cerâmicos, históricos, osteodontos e outros. A aquisição desse acervo é majoritariamente oriunda de endossos de apoio aos estudos de licenciamento de empreendimentos, outra parte consiste em coleções formadas no âmbito de pesquisas arqueológicas acadêmicas, e uma menor foi transferida do MHPVP, na ocasião de inauguração do museu.

Em relação à área da Paleontologia, até agora o MAPA conta somente com dois exemplares de icnofósseis do arenito Botucatu, também transferidos do MHPVP, em 2008. Embora a preocupação com a salvaguarda do patrimônio paleontológico seja ainda mais antiga, algumas questões que serão discutidas

⁷Vale a ressalva de que o Vale dos Dinossauros (PB) é, talvez, o primeiro caso de preservação, pesquisa e comunicação voltado especificamente aos icnofósseis. No entanto, não adota a denominação de “museu”.

mais a frente impossibilitaram a formação desse acervo. Outras 19 lajes icnofossilíferas permanecem em regime de comodato, não constituindo de fato o acervo do MAPA. Exemplares extra-temáticos, ou seja, de vertebrados (peixes e répteis) e vegetais (troncos e folhas) fossilizados de outras regiões do país e de idades geológicas diferentes, completam o acervo para fins de comunicação.

A curadoria museológica é realizada pela equipe técnica da Fundação Araporã⁸, no âmbito do Programa de Capacitação Técnica e Curadoria de Acervos Musealizados, através um convênio firmado com a Prefeitura de Araraquara, no mesmo ano de consolidação por vias legais (2011). A equipe é responsável pelas ações que seguem da incorporação do acervo ao desenvolvimento de exposições, passando pela documentação e pela conservação, realizadas tanto na sede do MAPA, quanto nas dependências do Centro de Recuperação de Acervos Diversos (CECRAD), onde parte do acervo é tratado e acondicionado.

Essa atuação é alimentada e conduzida constantemente pela teoria museológica, nomeadamente da Museologia Social, e também pelas Arqueologias pós-processuais, no caso do acervo arqueológico. A primeira propõe que “os museus tratem com centralidade as problemáticas sociais em que a instituição se insere territorialmente ou tematicamente” (GOUVEIA; PEREIRA, 2016, p.73). Enquanto a segunda defende que o registro arqueológico pode ser lido de diversas maneiras, como um texto polissêmico, assumindo-se uma postura crítica e convidando as comunidades locais para interpretação do contexto arqueológico (MORAES WICHERS, 2011, p.47-48).

Isso fica expresso nas exposições de longa duração, “Mapa: múltiplos olhares”, inaugurada em 2011, e “Áreas do passado, marcas no presente”.

⁸ Organização não governamental de caráter científico, cultural e tecnológico com personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa e financeira, sem fins econômicos, destinada aos interesses da coletividade e constituída em 28 de maio de 1994 por prazo indeterminado, com sede e foro na cidade de Araraquara.

Ambas enfocam questões sociais caras ao contexto geográfico em que se inserem. A primeira coloca em voga as narrativas indígenas do interior paulista, a despeito do preconceito e do apagamento cultural que historicamente são promovidos contra esses povos. A segunda chama o debate sobre a destruição de importantes registros de origem natural, únicos da cidade e já integrados à cultura local.

Além dessas, podemos citar também as exposições de curta duração: “Arqueologia vai à escola” (2012), “Armadilhas indígenas” (2014), “Expressões: o homem a arte e o tempo” (2015), “Trajetórias de Araraquara: a história de Araraquara não começa com Pedro José Neto” (2016), “Tecnologia lítica e os primeiros habitantes” (2018).

Por um museu de ciências de múltiplos olhares, saberes e vozes

Em seu plano museológico, o MAPA é reconhecido como instituição singular que se dedica às atividades de “pesquisa, ensino, preservação e socialização do patrimônio arqueológico e paleontológico regional”. Desde as primeiras discussões voltadas à construção desse documento, a ênfase na pesquisa e no ensino ficaram em evidência, sendo paulatinamente integradas à necessidade de dar atenção à salvaguarda e à comunicação como ações primordiais e pautadas na Museologia enquanto “ciência social aplicada de caráter preservacionista” (PLANO MUSEOLÓGICO, 2014). Dessa forma, ele foi sendo configurado como museu de ciências embasado na Arqueologia e na Paleontologia, as quais são articuladas pela Museologia.

Entretanto, tal classificação enquanto museu de ciência advém de uma “posição de alerta e de reflexão, que nos auxilie a evitar os encantos e os perigos da naturalização”, como Chagas (2002a) aponta necessária. Segundo esse autor, tradicionalmente, as classificações se baseiam nos acervos dos museus e nas disciplinas a que eles estejam vinculados. E embora os museus de ciências sejam

entendidos como espaços da história da ciência (VALENTE, 2005), da promoção da cultura científica (DELICADO, 2006), da produção e reprodução da ciência (DELICADO, 2008), as classificações insistem em colocar a Arqueologia e a História fora do território científico.

Isso fica evidente nas sistematizações das três gerações de museus de ciências propostas por McManus (1992) e Friedman (2010). Nelas, os gabinetes de curiosidade é o ancestral comum entre eles e essas gerações não são lineares, podendo coexistir, inclusive na atualidade, tanto em museus diferentes, quanto em um mesmo museu.

De acordo com McManus (1992), na primeira geração estão os grandes museus de história natural e aqueles dedicados às coleções de instrumentos utilizados em pesquisas científicas, que surgem no final do século XVIII e início do XIX, como o *Musée Nationale d'Histoire Naturelle*, em Paris, e o *The Old Royal Observatory*, em Greenwich. Da segunda geração podemos citar as instituições voltadas ao mundo do trabalho e dos avanços científicos, como o *Conservatoire des Arts et Métiers*, também em Paris, o *Deutsch Museum*, em Berlim e o *Museum of Science and Industry*, de Chicago. Por último, na terceira geração proposta por McManus (1992) encontramos o *Palais de la Découverte*, de Paris, e o *Exploratorium*, de San Francisco, voltados essencial à educação pública, por meio da transmissão de ideias e conceitos científicos.

Para Friedman (2010), essa trajetória começaria na segunda geração de McManus (1992), que é dividida em duas partes (1ª e 2ª geração), enquanto a terceira seria perfeitamente equivalente. Nessa sistematização, os museus de história natural configuram um ramo paralelo a essas três gerações de museus de ciência, enquanto os museus de história e de artes perfazem outras duas divisões. Embora guardem pequenas diferenças entre si, ambas colocam os museus de história em uma linha paralela ao desenvolvimento dos museus de

ciências e tecnologia e não os incorporam com o avançar dos diferentes estágios.

Chagas (2002a) considera primordial desnaturalizar o conceito de “museus de ciências” baseado no acervo ou na disciplina. Segundo o autor, não é isso que faz um museu ser científico, mas “a abordagem que ele desenvolve, a forma como ele se oferta e interage com a sociedade” (CHAGAS, 2002a, p.54). Além disso, as classificações tipológicas (Arqueologia, Etnografia, Arte, Ciência, Tecnologia...) não dão conta dos casos de fronteira, em que há sobreposições de abordagens, a exemplo do Museu de Imagens do Inconsciente (Rio de Janeiro) e do Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia (Lisboa), que podem ser tanto de arte como de ciências. Segundo o autor, todos os museus consistem em microcosmos sociais e estão, assim, incluídos no campo das ciências sociais. Nessa mesma direção, José Loureiro complementa que todo museu

vincula-se sempre à criação de princípios de identidade por meio de instrumentalizações técnicas e teóricas exercidas sobre os elementos culturais e naturais com que, ao menos em tese, indivíduo e sociedade se identificam e/ou concebem como próprios (LOUREIRO, 2003, p.88).

No caso do MAPA, esse exercício é realizado sobre dois elementos muito particulares que foram tomados como marcos temáticos de sua atuação: os testemunhos de histórias indígenas do interior paulista, e o registro icnofossilífero do arenito Botucatu aflorante na cidade. A partir disso, como museu de ciência, o MAPA tem a missão de

Realizar pesquisas de excelência nas áreas da Arqueologia, Paleontologia e Museologia, constituindo-se em um polo dinâmico de construção do conhecimento, formação e uso sustentável do patrimônio, por meio de ações educativas com segmentos sociais diversificados, envolvendo reflexões críticas acerca das identidades culturais e colaborando de forma

significativa para o desenvolvimento local e regional (PLANO MUSEOLÓGICO, 2014).

Mas o MAPA se diferencia ao ser pautado por um modelo de museu de ciência que não hierarquiza os saberes ditos “científicos” dos ditos “populares” (PLANO MUSEOLÓGICO, 2014) e tem em seu horizonte a ideia de uma “ecologia de saberes”, que confronta o pensamento abissal e a monocultura da ciência moderna, como propõe Boaventura Sousa Santos. Segundo o autor,

É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia. A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento (SANTOS, 2007, p.24).

Essa perspectiva começou a ser estruturada com a construção do plano museológico e da exposição de longa duração da Arqueologia, “MAPA: múltiplos olhares”, inaugurada em 2011. A narrativa deu ênfase para “os múltiplos olhares e as múltiplas vozes que têm construído essa instituição” convidando “os cidadãos de Araraquara e região a trazerem seus olhares para esse museu” (MORAES WICHERS, 2011, p.326).

Sobretudo, tal exposição faz questão de destacar os conhecimentos e as tecnologias indígenas que levaram a um “modo de vida que deu certo”, a fim de confrontar uma perspectiva linear de desenvolvimento da humanidade. O discurso propõe uma superação da estratificação cultural que prioriza os saberes e fazeres oriundo da modernidade, em detrimento daqueles das populações tradicionais (figura 2).



Figura 2 – Visão geral da exposição "MAPA: múltiplos olhares" e destaque para o tópico "o modo de vida que deu certo". Fotos: Josiane Kunzler.

É preciso destacar, porém, que a prática essencialmente pautada na ecologia dos saberes permanece no horizonte, pois ainda se verifica a participação ativa exclusiva de especialistas e técnicos no processo museológico do MAPA. Embora determinadas ações contem com a participação de pesquisadores que são cidadãos araraquarenses, a exemplo do Prof. Marcelo Adorna Fernandes, a população não acadêmica se restringe a espectadora. Portanto, mesmo que reconheçamos no MAPA um espaço plural, ele foi e continua sendo concebido sob uma perspectiva disciplinar e técnica, como já havia sido diagnosticado por Wichers (2011). Trata-se de um cenário difícil de ser alterado, por conter amarras sociais, políticas e culturais construídas historicamente no desenvolvimento das ciências, dos museus e dos patrimônios como instituições. Como constatou Varine (2013):

[...] nunca é fácil convencer uma população de que uma instituição que lhe parece um tanto intimidante, concebida e dirigida por especialistas com sua linguagem especializada, e por administradores públicos ou funcionários com suas abordagens político-administrativas, é alguma coisa de que eles possam se apropriar, copilotar, um espaço onde eles estarão em casa, mais e melhor que os turistas ou os pesquisadores, e também um espaço que tem necessidade deles (VARINE, 2013, p.187).

Dessa forma, ainda cabe ao MAPA e às equipes envolvidas o desafio de se fazer processo colaborativo no cotidiano, visando uma sustentabilidade do Museu enquanto espaço inclusivo de ação social.

Para ocupar um espectro de possibilidades

O modelo de museu que estimulou a construção do MAPA, ainda quando estava no âmbito das ideias, seguia a organização básica dos museus que surgiram na modernidade europeia e que inseriram essas instituições no que Bennet (1996) chamou de "*exhibitionary complex*". Nesses museus as disciplinas encontraram, e ainda encontram, lugar fértil não somente para a produção de conhecimento científico, mas também para a legitimação dele e seus discursos sobre o mundo.

Conhecido como museu tradicional ortodoxo, esse modelo consiste em um prédio onde o acervo é dividido entre reserva técnica e exposição, sendo a última a instância de encontro do público com os objetos do museu e os conhecimentos produzidos nos bastidores desses edifícios. De acordo com Irina Podgnorny e Maria Margaret Lopes, essa divisão bipartida dos museus modernos a partir de sua setorização espacial, em “um lugar para investigação e outro para a educação pública” (PODGORNY; LOPES, 2008, p.24), criou um efeito hierárquico e divisor da população. Institucionalizava-se “a diferença entre quem sabia olhar as coisas e quem devia ser guiado e educado” (PODGORNY; LOPES, 2008, p.24).

Esse formato é o mais amplamente conhecido e reproduzido, e isso pode ser facilmente percebido dentro do universo de museus de Arqueologia e de Paleontologia do Brasil. Exemplo disso está no Museu de Arqueologia e no Museu de Paleontologia de Monte Alto (Monte Alto, SP), no Museu de História Natural de Taubaté (Taubaté, SP), no Museu de Arqueologia e Etnologia (USP, São Paulo, SP), no Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto (UFRGS, Porto

Alegre, RS), no Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS, Campo Grande, MS), no Museu de História Natural e Jardim Botânico (UFMG, Belo Horizonte, MG), Museu de Arqueologia de Água Vermelha (Ouroeste, SP), Museu Arqueológico de Peruíbe (Peruíbe, SP), dentre outros.

Sob a mesma organização que orienta esses museus, a transferência de acervos arqueológicos e paleontológicos para a reserva técnica do MAPA era prevista desde o início. Entretanto, ao ser encontrado no passeio público de Araraquara, o patrimônio paleontológico da cidade, que deve ser tutelado pelo MAPA, impõe uma nova perspectiva de preservação que ultrapassa os limites físicos de sua reserva técnica.

Os problemas com as possíveis transferências são tanto de ordem prática, quanto simbólica. Quanto à primeira, de acordo com o inventário realizado por Heitor Roberto Francischini em 2008, ao todo são 585 registros somente nas áreas centrais da cidade, o que tornaria a proposta inviável. Embora tenha sido criado visando a salvaguarda de acervos em suas dependências físicas, o MAPA não dispõe de espaço suficiente e adequado, assim como de recursos humanos e financeiros para a coleta.

Em relação à segunda, a cidade de Araraquara é conhecida mundialmente como a “cidade das calçadas jurássicas”, desde que Giuseppe Leonardi publicou, em 1981, a identificação do *Brasilichnium elusivum* (nome dado a um tipo de pegada produzida por um mamífero desconhecido). Enquanto isso, localmente, os arenitos icnofossilíferos são também parte de uma identidade visual única e irrepetível de Araraquara. Eles estão nos parques, no caminho diário, na frente de casa ou da padaria. São, antes de tudo, calçadas que conectam os espaços da cidade e as pessoas dela, que levam essas de um ponto a outro, de um patrimônio a outro.

Por essa vertente, podemos interpretar as calçadas como patrimônio enquanto “categoria de pensamento”, reconhecendo que elas não são apenas “boas para pensar”, como objetos de estudo da Paleontologia e de outras ciências, “mas igualmente fundamentais para se viver a vida cotidiana” (GONÇALVES, 2005, p.23). Nesse sentido, remover esses elementos para guardá-los em local de acesso restrito, além de processá-los sob um viés exclusivamente disciplinar, é eliminar ambiguidades essenciais para a evocação dos poderes de ressonância e aderência dos patrimônios (BORGES; CAMPOS, 2012) e substituí-las por “categorias abstratas e com fronteiras nitidamente delimitadas” (GONÇALVES, 2005, p.19), configurando um patrimônio “tão pesado quanto mudo” (FONSECA, 2005, p.25).

Na contramão desse processo, Hugues de Varine (2013) argumenta que a gestão do patrimônio deve ser feita o mais próximo possível de seus criadores e detentores, sendo as instituições (museus, centros culturais, pontos de memória, etc) mediadoras desse processo. Para ele “o papel das instituições especializadas é sensibilizar, facilitar, educar, pôr em contato, mediatizar, gerir pela margem em função do interesse geral” (VARINE, 2013, p.19). Por outro lado, a solução dessa situação demanda uma relação de confiança pré-estabelecida, entre poder público, MAPA e sociedade civil, que ainda não existe. Assim, a equipe da Fundação Araporã, envolvida com essa questão desde que o MAPA ainda era ideia, vem desenvolvendo estratégias de musealização que combinem diferentes formas de preservação do acervo - em reserva técnica e também nas calçadas.

No ano de 2019 foi realizada uma atualização do inventário de 2008, com foco nas calçadas com pegadas icnofossilíferas classificadas como “ótimas” e “boas”, que serão tomadas como “coleções de referência” do museu. Para tanto, o trabalho foi conduzido a partir de dois mapas elaborados para essa finalidade, contendo os endereços das calçadas com pegadas “ótimas” e “boas” e fichas de

inventário que incluíam informações sobre o contexto em que a calçada se encontrava e suas características físicas. Do total de 216 lajes, 38 não existem mais, ou seja, as lajes de arenito com icnofósseis foram substituídas por cimento ou outras formas de pavimentação. Além disso, 16 ocorrências não foram encontradas nos endereços mencionados.

O objetivo de tal proposta era estabelecer os primeiros passos para a criação de um acervo paleontológico próprio do MAPA, dentro de uma política patrimonial e museológica que respeitasse as diferentes perspectivas envolvidas. Para isso, era necessário, por um lado, realizar o diagnóstico da existência, ou não, desses registros e suas condições de preservação, e, por outro, dinamizar a aproximação com a população local, valorizando a relação.

Dessa forma, partindo desse projeto e inspirada por toda a reflexão sobre o desenvolvimento de estratégias de preservação e comunicação do patrimônio paleontológico de Araraquara, a equipe da Fundação Araporã criou a ação “As pegadas da minha rua”, que consistiu em uma adaptação do trabalho de atualização do inventário das pegadas e rastros em uma ação educativa com a população de Araraquara.

Foram realizados seis encontros mensais, de junho à novembro de 2019, e um encontro extra em janeiro de 2020, com percursos diferentes. As educadoras partiam da contextualização histórica das calçadas, para promover um espaço de diálogo sobre a paleontologia local e disponibilizavam os materiais necessários para a ação, dentre eles um roteiro de identificação das pegadas e os mapas das pegadas “ótimas” e “boas”. Os participantes, munidos dos instrumentos utilizados para a atualização do inventário, como fichas de inventário adaptada, paquímetro, fita métrica, lápis e câmeras fotográficas, caminhavam pelos percursos estabelecidos previamente e registravam as pegadas e rastros que encontravam. Os participantes eram instigados a

identificar os registros paleontológicos observados, tomando como base os diálogos construídos ao longo da atividade (figura 3).



Figura 3 - Registros das ações do projeto "As pegadas da minha rua". Fotos: Andréia Leandro; Patrícia de Oliveira; Débora Simões (da esquerda à direita).

As máquinas fotográficas disponibilizadas permitiram aos participantes experienciar o percurso registrando as pegadas e rastros no contexto urbano e os múltiplos elementos que conectam o patrimônio à vida cotidiana, possibilitando um outro olhar para essas relações. Nesse sentido, foi possível propiciar um ambiente de troca de saberes entre o público e as educadoras, bem como de ressignificação das calçadas pelos participantes.

Assim, o MAPA começa a se distanciar de uma forma clássica de musealização, que é baseada na preservação do patrimônio exclusivamente *ex situ*⁹, para ocupar um espaço híbrido, onde ambas as formas podem e devem ser adotadas. Segundo Loureiro (2012, p.208), “é urgente enfatizar que a opção pela abordagem de preservação (*in situ*, *ex situ* ou ambas) tem caráter estratégico”, a exemplo do que já é largamente utilizado no campo da conservação da biodiversidade. Nesse sentido, a autora reconhece a existência de um “espectro de possibilidades” que é ocultado por falsas dicotomias (LOUREIRO, 2012, p.209), a exemplo de “museu tradicional vs. museu de território”.

⁹ A musealização do patrimônio pode envolver duas formas de preservação: *in situ*, quando ele é mantido no próprio local onde ocorre, e *ex situ*, quando ele é transferido para reservas técnicas. Para saber mais, consulte Loureiro (2012).

Como consequência, e potencializado pela ação “As pegadas da minha rua”, o MAPA começa a se aproximar também de um modelo que compreende a sociedade “não apenas como público [...] mas acima de tudo como parceira na construção de um museu [...] mais comprometido com o mundo, potencializando sua função social” (MORAES WICHERS, 2011, p. 339).

Diante disso, seria problemático categorizar o MAPA enquanto museu tradicional, pelo único critério prédio-acervo-público. Ainda que demande, como vimos na seção anterior, uma apropriação real por parte da sociedade, ao nascer com a vocação territorial fortemente marcada em suas diretrizes, seus acervos e sua atuação, pode ser desde cedo considerado um museu de território, como defendido por Varine (2013). Segundo esse autor, o próprio museu clássico pode ser um museu de território, desde que ele se reorganize “para servir e dar cobertura ao conjunto do território de sua região, de seu cantão, a fim de melhor refletir sua diversidade” (VARINE, 2013, p.185)¹⁰.

Essa característica se torna ainda mais notável quando ele estende o acervo tutelado pelo espaço da cidade e negocia com a população a difícil tarefa de preservação do patrimônio paleontológico, além de garantir que ele esteja plenamente integrado nas redes cotidianas, fortalecendo os vínculos daquelas pessoas e seu território. Nesse sentido, adota-se uma noção de “ciência de proximidade” (BRANDÃO, 2015, p.27). Nela, a Paleontologia, assim como a Arqueologia, ocuparia uma posição de mediação ao contribuir com o conhecimento das comunidades sobre o seu próprio território, por meio de seus conhecimentos específicos.

¹⁰ O mesmo acontece com o Museu dos Dinossauros (UFTM, Peirópolis, Uberaba, MG) e o Museu de Paleontologia de Santana do Cariri (URCA, Crato, CE), entre outros que nascem não só com uma vocação disciplinar, mas principalmente orientados para o desenvolvimento local.

Considerações finais e perspectivas futuras

A atuação dos museus e suas funções sociais são constantemente revistas, encontram-se em recorrente movimento. Chagas (2005, p. 18) disse que “os museus são como pontes entre tempos e espaços”, aqui notamos como podem ser pontes entre seus próprios tempos e espaços. Revisitando a trajetória museológica do Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara, nos deparamos com uma instituição que não perdeu de vista seus princípios de salvaguarda e pesquisa, essa conectada ao MAPA das ideias e ao museu de ciências tradicional, mas que vai além de suas portas e janelas e busca um novo diálogo com a população araraquarense, ressignificando seu patrimônio a partir da troca de saberes.

Patrimônios culturais nos provocam a constituir maior interação sociocultural, o que sem dúvida contribui para a construção de memórias a respeito do ser humano no ambiente terrestre, lembrando-nos a respeito dos acontecimentos vividos, que por alguma razão, foram significativos e marcaram a existência humana num determinado período da história da vida.

No caso aqui em análise, incontestavelmente, não é possível dissociar a história do município de Araraquara e região da história natural e cultural registrada nos patrimônios salvaguardados pelo MAPA. A partir da interpretação dos artefatos arqueológicos e do seu saber fazer, ou seja, do conhecimento e das técnicas empregadas na confecção deles, a vertente arqueológica nos leva na busca da de narrativas polissêmicas sobre a cultura dos povos produtores desses objetos e da complexidade dela. Valoriza-os enquanto fontes ricas para a constituição de memórias coletivas da cidade e de seu povo, no presente.

Enquanto isso, o trabalho com o acervo paleontológico permite não só a construção de explicações objetivas sobre a história da vida na Terra, a partir de um determinado período geológico e um determinado espaço geográfico, como

também alicerça ressignificações que evidenciam os arenitos icnofossilíferos também como elementos material integrados à cultura local.

É importante destacarmos o trabalho em parceria com a Fundação Araporã, que fomenta esse processo por meio da criação de condições de envolvimento de pessoal qualificado para o trabalho técnico e de pesquisa nas áreas da Arqueologia e da Paleontologia, mas sobretudo na Museologia. Por um lado, isso põe em voga uma característica essencial e óbvia dos museus: o processo museológico depende de pessoas, ele não ocorre sozinho. Por outro, é alarmante no que diz respeito à dependência do museu de equipes externas, pela ausência de um quadro permanente, ficando vulnerável aos movimentos de poder que o englobam.

Por fim, vale lembrar que os museus devem ser expressões de suas comunidades e, assim, cada um deles possui uma história institucional única, resultado de processos diferentes, em tempos distintos. Nesse sentido, é necessário que os museus se atentem a duas possibilidades: (1) a de fazer da própria trajetória uma fonte de aprendizado para a construção de novos caminhos, a partir de um olhar crítico; (2) a de equilibrar-se entre as demandas internas e as externas, buscando soluções criativas e colaborativas frente aos desafios.

Referências bibliográficas

ARARAQUARA. **Lei municipal n.3556, de 12 de dezembro de 1988.** (impresso)

ARARAQUARA. **Lei Municipal n. 7.575, de 28 de novembro de 2011.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/SP/ARARAQUARA/LEI-7575-2011-ARARAQUARA-SP.pdf>. Acesso em 25 fev 2020.

BENNET, Tony. The exhibitionary complex. In: GREENBERG, Reesa; FERGUSON, Bruce W; NAIRNE, Sandy. **Thinking about exhibitions**. Londres: Routledge, 1996, p.81-111.

BORGES, Luiz Carlos; CAMPOS, Marcio D'Olne. Patrimônio como valor, entre ressonância e aderência. In: SCHEINER, Tereza; GRANATO, Marcus; REIS, Maria Amélia de Souza; AMBROCY, Gladys Barrios (Orgs.). **Documento de Trabalhos do 21º Encontro Regional do ICOFOM LAM - Termos e conceitos da museologia: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral**. Rio de Janeiro: MAST, 2012. p. 112-123.

BRANDÃO, José Manuel. Ciências da Terra e museus locais - Entre identidade e 'ciência de proximidade. In: **Boletim da Associação Portuguesa de Professores de Biologia e Geologia**, n. 32, p. 16-27, jan, 2015.

BRULON, Bruno. **Quando o museu abre portas e janelas: o reencontro com o humano no Museu contemporâneo**. 2008. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO / Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, Rio de Janeiro, 2008.

CARVALHO, Ismar de Souza; SOUTO, Paulo Roberto de Figueiredo; SILVA, Rafael Costa da. Icnofósseis de Vertebrados. In: DA-ROSA, Átila A. S. (Org.). **Vertebrados fósseis de Santa Maria e Região**. Santa Maria: Palotti, 2009, p. 253-277.

CHAGAS, Mário. Museus de ciência: assim é, se lhe parece. **Caderno do Museu da Vida - o formal e o não-formal na dimensão educativa do museu**. Rio de Janeiro, 2001/2002, p. 46-59, 2002a.

CHAGAS, Mario de Souza. Memória e Poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, v.19, n.19, p. 43-81, 2002b.

CHAGAS, Mario de Souza. **A imaginação museal. Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: IBRAM, Garamond, 2003.

CHAGAS, Mario de Souza. Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, nº 31, p. 15-25, 2005.

CHAGAS, Mario de Souza. Casas e portas da memória e do patrimônio. **Em Questão**. Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 207-224. 2007.

CHIPANGURA, Njabulo; MARUFU, Happinos. Museums as public forums for 21st century societies. A perspective from the National Museums and Monuments of Zimbabwe. In: JANES, Robert R; SANDELL, Richard. **Museum Activism**. Routledge: New York, 2019. p. 164-173.

DELICADO, Ana. Os museus e a promoção da cultura científica em Portugal. **Sociologia, problemas e práticas**. Lisboa, n. 51, p. 53-72. 2006.

DELICADO, Ana. Produção e reprodução da ciência nos museus portugueses. **Análise Social**. Lisboa, vol. XLIII, n. 1, p. 55-77. 2008.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Eds.). **Conceitos-Chave da Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus/Pinacoteca do Estado de São Paulo/Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

FERNANDES, Marcelo Adorna. **Paleoicnologia em ambientes desérticos: análise da icnogenese de vertebrados da pedreira São Bento (Formação Botucatu, Jurássico Superior - Cretáceo Inferior, Bacia do Paraná)**. Araraquara, SP. 2005. Tese (Doutorado em Ciências – Geologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.

FRANCISCHINI, Heitor; DENTZIEN-DIAS, Paula; GOBBI, Virgínia de; FERNANDES, Marcelo Adorna. As lendas e a ciência por trás dos répteis gigantes de Araraquara. **Revista da Biologia**, v.18, n.1, p. 31-36. 2018.

FRIEDMAN, Alan J. The evolution of the science museum. **Physics Today**, v. 63, p. 45-51, out. 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, n. 23, p.15-36. jan/jun, 2005.

GOUVEIA, Inês; PEREIRA, Marcelle. A emergência da Museologia Social. **Pol. Cult. Rev.**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 726-745, jun./dez. 2016.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). **Statutes**. Paris: ICOM, 2017.

JACOMY, Bruno. Introdução: instrumentos, máquinas e aparatos interativos de ciência e tecnologia exibidos nos museus. In: VALENTE, Maria Esther Alvarez. **Museus de Ciência e Tecnologia: interpretações e ações dirigidas ao público**. Rio de Janeiro: MAST, 2007. p. 15-24.

JENSEN, Jacob Thorek. Rethinking the role of the science museum: the collective process of remaking the Danish National Museum of Science & Technology. In: **ICOM-CIMUSET. Museums in the digital world**. Paris: ICOM-CIMUSET, 2018. p. 66-71.

LEONARDI, Giuseppe; SARJEANT, William A.S. Footprints representing a new mesozoic vertebrate fauna from Brazil. **Modern Geology**. v. 10, p. 73-84, jan, 1986.

LEONARDI, Giuseppe; CARVALHO, Ismar de Souza. Jazigo Icnofossilífero do Ouro (Araraquara), SP - Ricas pistas de tetrápodes do Jurássico. In: SCHOBENHAUS, C.; CAMPOS, D.A.; QUEIROZ, E.T.; WINGE, M.; BERBERT-BORN, M.L.C. (Eds.) **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. 1. ed., v. 01. Brasília: DNPM/CPRM - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP), 2002. p. 39-48.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Museu de ciência, divulgação científica e Museu de ciência, divulgação científica e hegemonia. **Ciência da Informação. Brasília**, v.32, n.1, p. 88-95, jan/abr, 2003.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Preservação in situ x ex situ: reflexões sobre um falso dilema. In: ASENSIO, Mikel; MOREIRA, Dania; ASENJO, Helena; CASTRO, Yone (Eds.). **Criterios y Desarrollos de Musealización SIAM - Series Iberoamericanas de Museología**, v. 7, 2012. p.203-213

McMANUS, Paulette. Topics in museums and science education. **Studies in Science Education**. Hertfordshire, n.20, p.157-182, 1992.

MORAES WICHERS, Camila Azevedo de. **Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas**. 2011. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n.10, p.7-28, dez, 1993.

PLANO MUSEOLÓGICO. **Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara**. Araraquara, SP, jan. 2014.

PODGORNY, Irina; LOPES, Maria Margareth. **El desierto en una vitrina: museos y história natural en la Argentina, 1810 - 1890**. México: LIMUSA, 2008.

SANTOS, Boaventura Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos**. São Paulo, n. 79, p.71-94, nov, 2007.

VALENTE, Maria Esther. A conquista do caráter público do museu. In: GOUVÊA, Guaracira; MARANDINO, Martha; LEAL, Maria Cristina (Org.). **Educação e museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciência**. Rio de Janeiro: Access, 2003. p. 21-45.

VALENTE, Maria Esther. O Museu de Ciência: espaço da história da ciência. **Ciência & Educação**. Bauru, v. 11, n. 1, p. 53-62, abr, 2005.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro. O patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

WAGENSBERG, Jorge. The “total” museum, a tool for social change. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 12 (suplemento), p. 309-321, 2005.

Recebido em março de 2020.

Aprovado em abril de 2020.